



Lições da crise energética na Europa (1)

João Carlos Mello

A principal lição é que não se pode depender de um único fornecedor

O inverno está chegando. A Europa tenta evitar o pior: preço da energia nas alturas, blecautes, cortes na calefação, recessão econômica. O cenário parece uma série de ficção, mas a crise energética no Velho Continente ficou ainda mais acirrada após a Rússia informar, no início de setembro, que vai interromper indefinidamente o fornecimento de gás pelo gasoduto Nord Stream 1. A notícia provocou um salto de cerca de 30% em contratos futuros de gás natural no noroeste europeu, que refletem o custo da commodity no mercado atacadista.

Em 2021, a Rússia forneceu cerca de 40% do gás utilizado na União Europeia. O gás russo era considerado um elemento-chave para a transição energética do bloco, que protagoniza as articulações internacionais para controle do aquecimento global - haja vista o Acordo de Paris, cujos compromissos ambiciosos de redução de emissões de gás carbônico estão agora em xeque.

O impacto da crise terá de ser atenuado na ponta do consumo. Não é possível deixar famílias sem calefação no inverno por conta de preços exorbitantes do gás. Indústrias intensivas em energia dependerão de políticas públicas para atravessarem os meses de dezembro e janeiro

O Nord Stream 1 foi inaugurado em 2011, mesmo ano em que a Alemanha anunciou o plano de encerrar a geração de energia nuclear em seu território - decisão tomada na esteira do acidente de Fukushima. Desde então, o governo alemão tem implantado uma acentuada agenda verde, com incentivos às fontes eólica e solar, e comprometeu-se a descontinuar também suas térmicas a carvão. Os avanços foram sensíveis: no primeiro semestre de 2022, cerca de 50% da energia consumida no país veio de fontes renováveis.

Todavia, na transição acelerada da principal economia da Europa, um fator crucial não recebeu a devida atenção: a segurança energética. A Alemanha arriscou-se ao desligar suas fontes firmes de energia e apostar suas fichas na instável relação geopolítica com o Kremlin. Talvez essa seja a primeira e a principal lição que temos a aprender com a crise energética da Europa. Qualquer empresário sabe que não se pode depender de um único fornecedor - especialmente se ele se encontra em um ambiente sensível e historicamente complexo como o Leste Europeu.

Para substituir o gás russo, governos e empresas lançaram-se ao mercado de gás natural liquefeito (GNL) de forma vertiginosa: somando-se o bloco europeu e o Reino

Unido, o volume de importações totalizou 28,2 milhões de toneladas entre fevereiro e abril, segundo o Independent Commodity Intelligence Services (ICIS), 29% a mais do que no mesmo período do ano passado. A demanda extrema desestabilizou o mercado e lançou os preços do GNL às alturas, com impactos para consumidores de todo o mundo, inclusive do Brasil.

Outra lição importante é o planejamento energético de longo prazo. O avanço rumo a uma economia de baixo carbono depende, sim, da substituição de combustíveis fósseis por alternativas renováveis, mas depende também da resiliência dos sistemas elétrico e energético para manter o abastecimento em condições de estresse. A diversidade de fontes ajuda a compor um mix energético confiável, desde que ofereça características de complementariedade.

A situação europeia, que já era dramática, foi enfatizada pelas condições climáticas do último verão. O maior aumento de temperatura dos últimos 30 anos provocou uma seca histórica e prejudicou a geração hidrelétrica, bem como o armazenamento de água em reservatórios para suprir a demanda no inverno. Nós, brasileiros, sabemos bem as consequências de depender excessivamente de fatores climáticos. Especialmente quando há grande intermitência, como nos casos das fontes eólica e solar, uma fonte de energia firme, em geral térmica, faz-se necessária como contraponto.

Mais um ensinamento da crise energética do Velho Continente: é crucial um mercado com regras claras e equilibradas. Em momentos de pressão, várias medidas emergenciais são colocadas na mesa e muitas regras podem ser rediscutidas, mas a crise não é boa conselheira. Interferir de forma precipitada em mecanismos de formação de preços, impondo-se valores artificiais, pode não ser a melhor solução e ainda contribuir para piorar o problema porque cria escassez, aumenta a inflação e desestimula os investimentos em fontes renováveis, que são agora mais necessários do que nunca.

O impacto da crise terá de ser atenuado na ponta do consumo. Não é possível deixar famílias sem calefação no inverno por conta de preços exorbitantes do gás. Indústrias energointensivas também dependerão de políticas públicas (ou de programas bem dimensionados de resposta da demanda) para atravessarem os meses de dezembro e janeiro. Muita expectativa sobre a resposta dos governos à crise está voltada ao controle de preços e aos subsídios para termelétricas a gás (descolando-se o preço da eletricidade do preço do gás).

Com a escalada do preço do gás, o custo operacional das termelétricas - e, portanto, o valor final da energia - se tornou tão alto que outras fontes, com custos marginais mais baixos, como as eólicas e solares, estão obtendo lucros inesperados, chamados "windfall profit". Uma alternativa que está ganhando relevância nesse debate é a taxação e a redistribuição desses lucros. É nesse sentido que vai a proposta de macrorregulação apresentada pela Comissão Europeia em 14 de setembro.

Além de modificar algumas regras do mercado de energia elétrica, mecanismos temporários estão sendo propostos para absorver as distorções, criando um fundo para mitigar os efeitos adversos da alta de preços. A proposta olha também para os lucros excessivos de empresas no setor de óleo e gás, carvão e refinarias beneficiadas pela conjuntura de crise.

As políticas de contenção de crise correm em paralelo às campanhas para redução do consumo, que já começaram. Em todos os países europeus, os cidadãos são conclamados a colaborar economizando energia em casa, fechando antecipadamente estabelecimentos comerciais, reduzindo operações industriais, entre diversas outras ações. Os países-membros da União Europeia comprometeram-se a reduzir em 15% o consumo de energia da administração pública.

Será necessário um grande esforço e talvez um pouco de sorte em termos climáticos (estima-se na França que, durante o inverno, cada grau Celsius a menos de temperatura aumenta o consumo de energia em 2,4 GW) para a superação desta crise. Seus efeitos vão perdurar nos próximos anos. Do lado de cá, cabe-nos observarmos de forma atenta a seus desdobramentos, seja pelos impactos que podem causar à nossa economia, seja pelas oportunidades que podem se abrir para o Brasil em mercados nascentes, como o do hidrogênio verde, seja pelas lições que podemos aprender para conduzir nossa transição energética de forma planejada, segura e resiliente.

(1) Artigo publicado no Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/licoes-da-crise-energetica-da-europa.ghtml>.

Acesso em 30 de setembro de 2022.

